

Editorial

Ao longo dos séculos XIX e XX, disputas pela hegemonia mundial, movimentos libertários de sociedades exploradas por países desenvolvidos, lutas por inserção de segmentos sociais desfavorecidos, transmigrações, proselitismos religiosos, criações artísticas, políticas culturais, novos meios de comunicação e até vais-e-vens de turistas emprestaram novos sentidos e popularizaram os termos “nação”, “nacionalidade” e “nacionalismo”.

A defesa de “interesses nacionais” revelou-se capaz de arrebataram multidões e firmou-se como legitimadora inquestionável do poder. Depois das inimagináveis exibições de barbárie em duas guerras mundiais, a criação da Organização das Nações Unidas fez com que a palavra “nação” fosse universalmente adotada para designar unidades estatais integrantes de uma proclamada “ordem internacional” que exprimiria o avanço da “civilização”. Estados, sociedades e aspirações coletivas não adjetivadas e efetivamente admitidas como “nacionais” entrariam no rol das manifestações de “atraso” e incivilidade. Relações entre Estados e sociedades seriam, enfim, designadas como “relações internacionais”.

O desenvolvimento capitalista, que alterou relações sociais sob a égide do lucro e da concentração de riqueza, seria apresentado como resultante de “projetos nacionais” ou “projetos de nação”, expressões que voltaram à moda no início do século XXI. No Brasil, por exemplo, a palavra “desenvolvimentismo” passou a ser frequentemente usada como sinônimo de “nacionalismo”.

A “nação”, uma entidade abstrata, ficou de tal forma juncada ao conceito de “civilização moderna” que proposições de rupturas radicais de estruturas sociais de teor universalista seriam consideradas “revoluções nacionais”. O pano de fundo da grande disputa entre os sistemas capitalista e socialista – elevada à luta do bem contra o mal, da cristandade contra o incréu malvado – teve em conta a divisão da humanidade em “nações”; o “internacionalismo proletário” não dispensaria a organização de “secções nacionais” e mesmo a militância anarquista não escaparia a tal tipo de classificação.

Além de moderna, a “nação” exprimiria uma complexa combinação de pulsões: sua persistente e sempre fracassada negação ocorreria simultaneamente à sua sacração. Belo e sublime, arcaico e medonho, o “sentimento nacional” tanto embasou sonhos coletivos de harmonia, segurança, igualdade, respeito à dignidade humana, bem-estar e liberdade

quanto alimentou exclusivismos mesquinhos e posturas coletivas ignóbeis, sendo o caso mais notório o do nazifascismo. O fato é que, por todo o século XX, milhões de homens e mulheres foram instantaneamente mobilizados para matar e morrer em nome de “interesses nacionais”. O sangue derramado adubaria a sacralidade da “nação”. Se, em tempos passados, o capitalismo enterrara a ideia de origem divina do poder, o rótulo “nacional” garantiria quer a legitimidade de poderes estabelecidos quer os propósitos de seus desafiantes. Nenhum Estado seria legitimado sem que exibisse o adjetivo “nacional”; nenhuma política pública seria justificada sem que fosse amplamente percebida como de “interesse nacional”; nenhum movimento oposicionista teria sucesso sem que fosse admitido como “patriótico”.

Não obstante o papel estruturante da nação na sociedade moderna, sua emergência, sua consolidação e seu destino permanecem anuviados. “Nações” e “nacionalidades” incrustaram-se de tal modo no pensamento contemporâneo que foram assimiladas como entidades “naturais”, sem maior necessidade de explicações. Cientistas sociais de uma forma geral e, em particular, especialistas em “relações internacionais” e assuntos relacionados à defesa militar, passaram a utilizar despreocupadamente o termo “nação” para definir Estados integrantes de uma pretensa “comunidade internacional”. Em nossa maneira de ver, trata-se de postura simplificadora, promovendo mais equívocos que possibilidades de esclarecimentos convincentes sobre a dinâmica das relações sociopolíticas modernas.

O conjunto de artigos reunidos nesta edição de “Tensões Mundiais” desmonta noções consagradas sobre diversos casos de surgimento, afirmação e fragilização de “unidades nacionais”, a começar pelo Oriente Médio: Jamil Zügeib e Fábio Sahd mergulham na intrincada comunidade libanesa evidenciando que sua “unidade” não decorre tanto de afinidades de seus integrantes quanto de intervenções ocidentais cristianizadoras. Como admitir que em um território onde cada grupo étnico-cultural-religioso forja para si um passado mítico floresça um “sentimento nacional”? Siniša Malešević argumenta que as secessões na Bósnia-Herzegovina não podem ser compreendidas a partir de paradigmas clássicos como as dimensões cultural, econômica e política; prefere destacar as variáveis centrais da geopolítica e da ideologia para explicar a violência categorizada como étnico-nacionalista.

Do mesmo modo que quaisquer outras comunidades, abstratas ou não, as nações não prescindem de mitologias. Duas matérias, ambas voltadas

para a América Latina, tratam da construção de imaginários nacionais: a primeira remete ao passado distante; a segunda à promessa de futuro promissor. Que nação dispensaria formulações deste teor? No artigo *Las vueltas de el mito gaucho*, Nora Bustos aborda as interpretações oferecidas pelo filósofo argentino Carlos Astrada ao poema *Martín Fierro* em diferentes conjunturas políticas. Moldagens do passado parecem irremediavelmente fadadas a servir aos propósitos do presente... Assim como as expectativas de futuro inerentes às campanhas políticas e ao exercício do poder, conforme se pode verificar no texto de Grazielle Albuquerque acerca da cobertura de mídia oferecida ao ex-presidente Fernando Collor, o tristemente famoso “caçador de marajás”, e da modernidade prometida aos brasileiros após duas décadas de ditadura militar.

Nações, longe de derivarem de “processos endógenos” – tais como os “construtores de nacionalidades” pretendem fazer crer ao senso comum – resultam de condicionamentos externos. Se isso fica evidenciado nas unidades comunitárias forjadas na resistência às dominações estrangeiras, o mesmo não se pode dizer da atuação de agências multilaterais. Mônica Martins explora o papel do Banco Mundial sobre um dos setores da política pública brasileira mais intimamente relacionado à afirmação da nacionalidade: as orientações para o desenvolvimento científico e tecnológico. Afinal, nação, entidade moderna, não pode existir à revelia das esperanças de futuro próspero ensejadas pelo avanço do saber. O mesmo se pode afirmar quanto à promessa de respeito aos direitos humanos. Debora D’Antonio sustenta que um organismo multilateral, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), foi fundamental para o enfraquecimento da ditadura militar na Argentina, atuando como caixa de ressonância da resistência popular às atrocidades perpetradas pelos comandantes golpistas.

Outro condicionamento relevante na construção das nacionalidades é constituído pelo jogo de forças referente ao domínio em âmbito mundial. Durante a Guerra Fria que cindiu ficticiamente o mundo em “Ocidente” e “Oriente”, discursos de ditadores militares “nacionalistas” sul-americanos apelaram à unidade contra o “comunismo ateu”. Finda a União Soviética, miragens do grande confronto parecem sobreviver, conforme sugerem Sergei Baburkin e Daniel Zirker. Afinal, a derrota das ditaduras militares não implica necessariamente perda de relevância da força castrense e, muito menos, respeito ao direito internacional estabelecido em nome da convivência pacífica e harmoniosa, como nos faz lembrar a análise de Rina Bertaccini. De fato, projetos imperiais podem mudar de forma sem perder a essência. Manuel Domingos Neto e

Gustavo Guerreiro demonstram que a redução dos efetivos militares das grandes potências nem de longe implica abrandamento de vontades dominadoras. Homens são substituídos por recursos tecnológicos ampliando as assimetrias entre os que pretendem continuar dando as cartas nas relações internacionais e os que almejam a autonomia.

Os Editores